



EUROPEAN WOMEN'S  
LOBBY  
EUROPEEN DES FEMMES



**Declaração do Lobby Europeu das Mulheres, cuja coordenação nacional é a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, para a 64ª sessão da Comissão sobre o Estatuto das Mulheres, 9-20 março de 2020**

## O NOSSO FUTURO – ESTÁ NA HORA DE O ASSEGURAR! O QUE FALTA FAZER: TRANSFORMAR A VISÃO EM AÇÃO CONCRETA

O Lobby Europeu das Mulheres (LEM), em conjunto com as suas 2000 organizações de mulheres de toda a Europa, apela aos governos de todo o mundo para **reafirmarem** o seu **compromisso** para com a Plataforma de Ação de Pequim (PAP), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), a Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS). Após vinte e cinco anos, uma nova geração de ativistas feministas juntou-se à missão global pelos direitos humanos das mulheres e pela igualdade entre mulheres e homens, raparigas e rapazes, gerando um maior ímpeto para combater aspetos sistémicos e interseccionais da desigualdade de género. 2020 marca um momento crítico na avaliação da agenda visionária da PAP, um quarto de século após a sua adoção. Enquanto celebramos o décimo aniversário da criação da ONU Mulheres, a implementação plena da PAP deve permanecer uma prioridade para o futuro. É também um momento crítico para avaliar o quinto aniversário dos ODS, em particular o Objetivo 5, garantindo que nenhuma mulher ou rapariga é deixada para trás.

Embora se tenha assistido a progressos nos últimos vinte e cinco anos, ainda há um longo caminho a percorrer para realizar plenamente os direitos humanos das mulheres e a igualdade entre mulheres e homens, raparigas e rapazes. Em particular, existem lacunas significativas na implementação dos compromissos abrangentes das doze áreas críticas de preocupação da PAP. Na Europa, o progresso em direção aos direitos humanos das mulheres e à igualdade entre mulheres e homens estagnou. As mulheres de todo o mundo têm testemunhado como as respostas políticas baseadas em medidas de austeridade tiveram um impacto desproporcional nas mulheres, empurrando-as para trabalhos de baixos salários, trabalho precário, e ainda uma carga desigual de trabalho do cuidado não pago. A austeridade e o neoliberalismo empurraram a igualdade entre mulheres e homens para o fim da agenda política. Já assistimos à redução chocante do financiamento para os direitos humanos das mulheres e para as organizações de mulheres na Europa. Tal é inaceitável. O LEM quer garantir que a implementação da PAP e dos ODS pela União Europeia (UE) e pelos seus Estados-Membros se mantêm no topo da agenda política, suportados por mecanismos institucionais robustos, incluindo recursos.

Apelamos aos governos para reafirmarem o seu compromisso para com as ações positivas e com o **mainstreaming de género**, ou seja, a integração sistemática e transversal da igualdade entre mulheres e homens em todas as políticas, que continua a ser a estratégia mais poderosa e transformadora para garantir uma perspetiva de género como parte integral de todas as políticas e ações em todas as áreas, incluindo nas políticas macroeconómicas e nos orçamentos.

Assistimos atualmente na Europa a mudanças fundamentais em direção à igualdade entre mulheres e homens, tanto ao nível estrutural como ao nível das mentalidades. Em resultado das eleições para o Parlamento Europeu de maio de 2019, assistimos ao aumento do número de mulheres eleitas, o que representa uma mudança positiva em direção à democracia paritária, particularmente através da participação e representação política das mulheres em cargos cruciais da tomada de decisão. Pela primeira vez, a União Europeia (UE) tem uma mulher Presidente da Comissão Europeia e a liderar uma comissão paritária. Enquanto líderes da União Europeia nos próximos cinco anos, é imperativo que



EUROPEAN WOMEN'S  
LOBBY  
EUROPEEN DES FEMMES



**Declaração do Lobby Europeu das Mulheres, cuja coordenação nacional é a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, para a 64ª sessão da Comissão sobre o Estatuto das Mulheres, 9-20 março de 2020**

estas/es decisoras/es se responsabilizem por **acelerar o ritmo da mudança para garantir que as mulheres e as raparigas têm o direito a uma vida livre, com igualdade e dignidade.**

As e os líderes políticos da UE devem agora agir para garantir os direitos humanos das mulheres, a igualdade entre as mulheres e os homens, e a implementação plena da PAP, da CEDAW e dos ODS. Na verdade, apesar dos desenvolvimentos positivos na liderança da UE, os direitos humanos das mulheres e a igualdade entre mulheres e homens continuam estagnados na UE e no resto do mundo.

Apelamos à existência de uma **estratégia política europeia robusta para a igualdade entre as mulheres e os homens** com objetivos ambiciosos, metas e indicadores, e fortes mecanismos de cooperação institucional, assim como recursos para apoiar a sua implementação, incluindo a realização de reuniões ministeriais anuais para monitorizar o progresso. O foco específico desta estratégia deve ser a eliminação de todas as desigualdades entre mulheres e homens. As experiências vividas das mulheres e as suas circunstâncias de vida devem ser a base desta estratégia para possibilitar ações específicas que consigam melhorar as suas vidas. A estratégia deve ser consistente em todas as políticas internas e externas da UE, refletindo o continuum das desigualdades enfrentadas pelas mulheres dentro e fora da UE, no contexto dos princípios universais dos ODS e de outros instrumentos de direitos humanos, em particular a CEDAW.

Apesar da crescente evidência científica de que o sistema económico neoliberal e patriarcal é insustentável, a obsessão com o crescimento do PIB continua a ser central nas nossas políticas económicas. O modelo neoliberal reforça os estereótipos de género. As mulheres e raparigas continuam a enfrentar desigualdades no setor de emprego formal ao longo do seu ciclo de vida. A **desigualdade ao nível salarial, ao nível das pensões e ao nível da pobreza permanece endémica** e o **trabalho do cuidado e doméstico não pagos** continuam a não ser reconhecidos num modelo ultrapassado que considera o homem como o ganha-pão da família. As **severas medidas de austeridade** têm tido um impacto desproporcional nas mulheres que já enfrentam formas de discriminação múltiplas: mulheres pobres, mulheres de minorias étnicas, mulheres negras, mulheres com deficiência e mulheres idosas. Não podemos continuar com o mesmo mantra; a economia deve servir o bem-estar de todas e todos, e não o contrário. A economia feminista, que inclui a economia do cuidado, é a base para uma nova visão radical para as pessoas e para o planeta. **Apelamos a todos os Estados-Membros para concretizarem um modelo feminista económico para o bem-estar de todas e todos, colocando o cuidado a nós próprias e próprios, o cuidado mútuo e o cuidado pelo planeta como centrais.**

A violência contra as mulheres e raparigas é uma violação de direitos humanos. A PAP afirma claramente que *a violência contra as mulheres é a manifestação da desigualdade histórica das relações de poder entre homens e mulheres, que conduziram à dominação das mulheres e à sua discriminação por parte dos homens, bem como à obstrução do progresso integral das mulheres.* Prevenir e eliminar todas as formas de violência contra as mulheres e raparigas, incluindo a exploração sexual em todas as suas formas, proteger e apoiar as vítimas, acabar com a impunidade, condenar os agressores e abordar todas as suas dimensões estruturais deve ser uma prioridade essencial para todos os governos. Tal também deve incluir as formas emergentes de violência pois, na revolução digital, cada vez mais testemunhamos o *continuum* da violência contra as mulheres a acontecer no mundo online. Todas as mulheres e raparigas têm o direito a viver uma vida livre da violência masculina e livre do medo dessa violência, incluindo as mulheres e raparigas deslocadas internamente, requerentes de asilo e indocumentadas. **Apelamos a todos os Estados-Membros da União Europeia que reiterem o seu compromisso em**



EUROPEAN WOMEN'S  
LOBBY  
EUROPEEN DES FEMMES



**Declaração do Lobby Europeu das Mulheres, cuja coordenação nacional é a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, para a 64ª sessão da Comissão sobre o Estatuto das Mulheres, 9-20 março de 2020**

**eliminar todas as formas de violência contra as mulheres e raparigas e que ratifiquem a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul), definindo e implementando um enquadramento abrangente para combater a violência contra as mulheres e raparigas, incluindo a exploração sexual e a prostituição.**

**Apelamos às Nações Unidas e a todos os governos que reafirmem o seu compromisso com a linguagem acordada nas Nações Unidas.** Condenamos a banalização da prostituição como “trabalho” nalguns relatórios e agências da ONU, tornando invisível o dano estrutural do sistema da prostituição e a sua relação com o tráfico de seres humanos. Todos os governos devem combater as causas do sistema da prostituição, reconhecendo-o como violência contra as mulheres, acabar com a impunidade da comercialização e compra dos corpos das mulheres e raparigas, desenvolver programas de saída e disponibilizar recursos para garantir que as mulheres e raparigas têm escolhas reais nas suas vidas.

Desde a adoção da PAP, o mundo mudou consideravelmente. Questões emergentes que se acentuaram ou surgiram nos últimos vinte e cinco anos devem ser abordadas agora e priorizadas no futuro. Estas incluem os conflitos crescentes, o deslocamento de mulheres e raparigas e as violações dos seus direitos humanos. A aceleração das mudanças climáticas tornou-se um assunto cada vez mais urgente, que tem um impacto desproporcional nas mulheres. Jovens mulheres estão a liderar movimentos de massas e exigindo ação imediata para a crise climática.

Na Europa, tal como noutras partes do mundo, estamos a assistir a um populismo anti-feminista crescente, que promove os valores patriarcais tradicionais que ameaçam diretamente os direitos humanos das mulheres e que fazem recuar os direitos e a saúde sexual e reprodutiva das mulheres. A redução do espaço de intervenção para a sociedade civil está a silenciar as vozes coletivas das mulheres e a reduzir o financiamento para as organizações de mulheres. Isto tem que ser urgentemente abordado enquanto prioridade agora e no futuro. Um movimento da sociedade civil feminista crítico, independente e dinâmico é vital para a democracia e fundamental para concretizar os direitos humanos das mulheres.

A UE e os seus Estados-Membros estão num momento decisivo de viragem política: exigimos ação imediata para terminar o que falta para transformar a visionária PAP de há vinte e cinco anos atrás em ações eficazes e tangíveis que garantam os direitos humanos das mulheres e raparigas e um futuro em igualdade. Investir nos direitos das mulheres é o compromisso central para assegurar um mundo mais sustentável, democrático e inclusivo.

17 de outubro de 2019